



**X COLÓQUIO
INTERNACIONAL**
"Educação e Contemporaneidade"
22 a 24 de Setembro de 2016
São Cristóvão/SE - Brasil



ISSN: 1982-3657

AUTOESTIMA E APRENDIZAGEM: DOS DIREITO DE APRENDER DE TODOS E DE CADA UM SUJEITO DA EJA

ELIANE BISPO DE ALMEIDA SOUZA
SILVANE SANTOS SOUZA

EIXO: 1. EDUCAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS

RESUMO: Neste artigo, discutimos sobre a Educação de Jovens e Adultos como uma modalidade de ensino que possibilita aos alunos retomar os estudos. Ressaltamos também que o conhecimento científico e sistematizado deve ser trabalhado para que os alunos possam desenvolver competências e habilidades que lhes deem oportunidade de competir democraticamente no mundo do trabalho. Assim, enfatizamos a importância da escola tornar-se um espaço em que os discentes possam esclarecer suas dúvidas e continuar formulando novas questões de maneira clara e objetiva, contribuindo, dessa forma, a elevação da autoestima e para o desenvolvimento de uma aprendizagem significativa, que é um direito de todos. As ideias aqui apresentadas estão respaldadas em Saltini (2008), Paulo Freire (1993), Lídia Maria Kroth (2010), dentre outros.

PALAVRAS-CHAVES: EJA. Autoestima. Aprendizagem significativa. **ABSTRACT:** In this article, we discussed the Youth and Adult Education as a teaching mode that allows students to resume their studies. We also emphasize that scientific and systematic knowledge must be worked so that students can develop skills and abilities that give opportunity to democratically compete in their world of work. Thus, we emphasize the importance of school become a space where students can clarify their doubts and continue formulating new questions in a clear and objective manner, thus contributing to raising the self-esteem and the development of a significant learning, is a right for all. The ideas presented here are backed in Saltini (2008), Paulo Freire (1993), Lídia Maria Kroth (2010), among others **KEYWORDS:** EJA. Self-esteem. Meaningful learning.

INTRODUÇÃO Devido à necessidade de trabalhar para ajudar no sustento de casa, entre outros

motivos, alguns adolescentes abandonam a escola e veem no ensino noturno a possibilidade de recuperar o tempo em que estiveram longe dela. Assim, percebe-se uma clientela marginalizada, onde é comum a grande presença de negros e pardos na EJA devido à desigualdade social, o preconceito, falta de acesso à escola na idade série adequada, dentre outros fatores. Com isso, só agora, na fase adulta, estão tentando ter acesso ao conhecimento cientificamente construído, com a esperança de terem uma vida mais digna nessa sociedade tão injusta. O ensino na modalidade EJA deve atender a todos os interessados, sem distinção alguma, buscando corresponder aos seus anseios e expectativas. Assim, a experiência de vida de cada aluno e o conhecimento adquirido em sua vivência familiar e em sociedade devem ser respeitados e valorizados. O conhecimento científico e sistematizado devem ser trabalhados para que os alunos possam desenvolver competências e habilidades que lhes deem oportunidade de competir democraticamente no mundo do trabalho, podendo exercer a sua cidadania plena. No que diz respeito à educação de Jovens e adultos, que propõe, como ação específica para essa modalidade no seu PPP, assegurar o direito à educação e desenvolver habilidades, competências, esta deve ser vista como a capacidade de aprender pelo dom da leitura, da escrita, do cálculo e do raciocínio. No entanto, a teoria não condiz com a prática. A evasão é enorme nessa modalidade, devido a problemas pessoais e sociais, além da baixa autoestima causada por aulas monótonas e cansativas e baixo rendimento escolar. Assim, este artigo busca refletir sobre a proposta de trabalho para as turmas de EJA, com um currículo a elas destinado e as possibilidades de assegurar a essa clientela o direito de uma aprendizagem efetiva e significativa, onde a diversidade seja respeitada por todos. **1 desafios no trabalho pedagógico na EJA** A realidade na educação para jovens e adultos denuncia um ensino sem motivação em que as aulas são conteudistas, seguindo a linha tradicional de ensino. Mesmo havendo reuniões pedagógicas para discutir projetos interdisciplinares, percebe-se que cada professor ainda prefere trabalhar individualmente, seguindo o mesmo currículo das turmas regulares. A proposta pedagógica desenvolvida em muitas escolas não apresenta um trabalho específico para as turmas da EJA. A EJA também salienta a necessidade de encontros pedagógicos, destinados a reunir os professores para executarem o planejamento de curso. O qual se resumia em muitas situações, em dividir os conteúdos do livro didático para as quatro unidades. No que diz respeito à avaliação, prioriza-se o aspecto quantitativo. No fazer pedagógico, percebe-se, muitas vezes, um trabalho que não promove reflexões sobre as vivências dos alunos. Os saberes e conhecimentos que os sujeitos jovens, adultos e idosos constroem nos processos de socialização na família, no trabalho, comunidade, movimentos sociais, etc, são incorporados no currículo de forma desarticulada, partindo sempre das ocorrências momentâneas no período de culminância dos projetos. A respeito do trabalho com temática sobre o meio ambiente e com temas que combatem formas de discriminação e preconceito seja de raça, gênero, orientação sexual, cultura ou religião, muitos educadores já são conhecedores das orientações nacionais sobre os direitos

conquistados legalmente e que hoje fazem parte do currículo da escola por meio dos temas transversais. Porém, a exploração deste eixo ainda não ocorre de forma consistente. Muitos professores não se sentem preparados para trabalhar com essas temáticas. Nem sempre as necessidades dos alunos são atendidas, pois muitas vezes não há conhecimento desta realidade. O currículo fomenta o posicionamento crítico frente à realidade social, política, econômica, cultural de forma esporádica e sem muito aprofundamento. A EJA, e qualquer outra modalidade de ensino, necessita, antes de tudo, direcionar-se para o trabalho com o conhecimento histórico, cultural, econômico e social. No entanto faz-se necessário mais investimentos, principalmente na formação do professor, nos espaços de aprendizagem, no acesso à informação e informatização, hoje uma necessidade básica para qualquer cidadão. Portanto, a partir da formação dos profissionais da Educação que atuam na EJA, será possível também incrementar o trabalho pedagógico para efetivação da qualidade de ensino e com a formação humana e dialética. Os sujeitos que buscam a modalidade EJA fazem parte de uma clientela composta por trabalhadores que exercem funções marginalizadas ou desempregados que esperam ter a formação para encontrar um emprego. Eles confiam que, com a continuidade dos estudos, terão uma vida mais digna. Assim, suas experiências e anseios devem ser levados em consideração na elaboração da Proposta Curricular. Não convém reproduzimos o currículo dos alunos do ensino regular. Nossa clientela da EJA precisa de um trabalho mais específico e significativo. Tendo em vista essa necessidade, não convém que os professores trabalhem de forma alienada, sem levar em consideração a realidade dos educandos, suas experiências, cultura, anseios e expectativas. Faz-se necessário propor atividades significativas, baseadas num currículo que respeite e valorize o educando enquanto cidadão inserido numa sociedade. Assim sendo, a escola precisa ressignificar o currículo para que a aprendizagem de fato aconteça. Percebe-se que no currículo efetivado na referida escola, nem sempre os conhecimentos e vivências são eixos norteadores da práxis pedagógica, o que resulta na fragmentação e distanciamento do direito de aprender dos alunos. Faz-se necessário o entrelaçamento entre o direito à educação, ao conhecimento e a cultura, partindo das reflexões sobre o tipo de currículo que a escola oferece e chegando às possibilidades de melhoria das condições de sobrevivência. O currículo ideal para a realidade da EJA deve ser resultante da escuta de todos os envolvidos, desde as representações escolares às organizações sociais, como também com a participação dos alunos, os principais interessados. Para sua concretização, é ideal a realização de encontros de discussões, troca de experiências, bem como envolvimento dos educandos, para conhecimento de suas vivências, frustrações. Ao serem propostas ações deste cunho, podemos observar como os alunos veem a escola, suas ações educativas e, principalmente, o que ela precisa fazer para garantir que os alunos encontrem no ambiente educativo uma possibilidade de melhoria de vida. Partindo desta premissa, podemos salientar que a sala de aula deve ser vista como um ambiente de construção, de disseminação de ideias, em que os sujeitos

compartilhem seus sonhos, suas frustrações, como também, um espaço onde professor e aluno se coloquem em posicionamento de igualdade. Neste sentido, o presente projeto vem demonstrar que um dos caminhos para emancipação do sujeito na escola e na sociedade, pode ser construído a partir do trabalho com a autoestima, compreendendo-se por meio deste viés que o sujeito motivado é um ser capaz de superar muitas situações indesejadas e de buscar alternativas para sua reintegração na sociedade globalizada e capitalista. **2 A EJA e o direito à Educação** A Educação é um direito universal e, desta forma, deve ser oferecida a todo cidadão. Neste pensar, também estão inseridos os sujeitos que na idade escola não tiveram acesso e oportunidade de frequentar ou permanecer nas escolas, como também os que não obtiveram sucesso no desenvolvimento da aprendizagem. De acordo com a Constituição Federal (1988), no **Art. 208, afirma-se que o** dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia da Educação Básica obrigatória e gratuita. Além disso, no inciso VII, fica bem claro que:

VII - atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009)

§ 1º - O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo.

§ 2º - O não-oferecimento do ensino obrigatório pelo Poder Público, ou sua oferta irregular, importa responsabilidade da autoridade competente.

§ 3º - Compete ao Poder Público recensear os educandos no ensino fundamental, fazer-lhes a chamada e zelar, junto aos pais ou responsáveis, pela frequência à escola. Diante de tal posicionamento, hoje se pode afirmar que se faz necessário o desenvolvimento de mecanismos que assegurem não só o acesso aos espaços escolares, como também a sua continuidade, diminuindo com isso a distorção idade-série. Por outro lado, quando os direitos de aprendizagem são assegurados, muitas crianças não saíam das escolas para serem exploradas em trabalho infantil, para cuidar de irmãos menores, para ajudar no sustento da família, resultando com isso no fracasso escolar. A partir deste pensar, podemos nos voltar ao surgimento da educação de Jovens e Adultos no Brasil para, assim,

compreendermos a sua necessidade como uma estrutura que deve assegurar os direitos de igualdade e de acesso à Educação. De acordo com Decreto nº 19.513 de 25 de agosto de 1945, A Educação de Jovens e Adultos torna-se obrigatória. Outra contribuição essencial para a Educação de Jovens e Adultos veio de Paulo Freire(1996), ele que concebia a educação como um direcionamento para a transformação dos homens e da sociedade. "A conscientização é um compromisso histórico (...), implica que os homens assumam seu papel de sujeitos que fazem e refazem o mundo. Exige que os homens criem sua existência e (...), está baseada na relação consciência-mundo". (Paulo Freire, Educação como prática da liberdade, 1966). Desse modo, podemos afirmar que a educação deve ser concebida como um ato promissor do conhecimento, o qual se concretiza nas relações entre os sujeitos, principalmente entre os que os que dominam e os que almejam dominá-lo. Para que o conhecimento seja de fato dominado, faz-se necessário o desenvolvimento de um esforço maior por parte do aprendiz, não sendo neste caso retirados os mecanismos que despertam e estimulam a busca do saber. Além do esforço próprio, as circunstâncias e as necessidades também são fatores a serem considerados na realização de uma práxis voltada para a melhoria da qualidade de educação. Para que a educação se torne de qualidade, os conteúdos clássicos devem ser assegurados. Na EJA, além dos conteúdos científicos, as vivências, as manifestações socioculturais devem ser contempladas no currículo. Se considerarmos a possibilidade da construção de um currículo que contemple a emancipação do homem, também estaremos contribuindo para reorientação da construção de um currículo que vai de encontro com a prática da exclusão social, a começar pela escola, fazendo com que ela seja um espaço de inclusão e de transformação. Ao falarmos em emancipação, também fazemos referencial à emancipação que torna os sujeitos dotados de direitos, incluindo-se aí os de aprendizagem, os quais devem ser repletos de sentidos e significados para os alunos. Segundo Saltini (2008):

Tornando-se gente, o indivíduo qualifica-se como ser social, pronto a contribuir para o seu país, para a sociedade: um ser livre e criativo que busca, critica, renova, entende, pensa e possui as estruturas necessárias para que possa integrar-se à sua família, ao seu Estado. Enfim, ele é um ser que se relaciona em uma trama de desafios, cooperações e, principalmente, competições. (SALTINI, 2008, p. 126). A educação deve propiciar, além dos conteúdos curriculares, oportunidades para que os jovens e adultos também compartilhem lições de cidadania, solidariedade, respeito às diferenças sejam elas de gênero, etnia ou crença religiosa e, essencialmente, ações que culminem na autoestima elevada, pois a partir desta conquista os alunos estarão mais motivados para o aprender, além de verem um novo significado na escola, diminuindo também os elevados índices de evasão. Para promover a melhoria da qualidade das ações pedagógicas na EJA, não basta apenas atividades de caráter oficiais, seguimento de programas, mas podemos dinamizar com práticas que colaborem com o pensar, que alimentem sonhos e utopias. Trabalhando-se com a identidade deste sujeito, estaremos também valorizando seus conhecimentos prévios, suas conquistas, fazendo-os se sentirem mais importantes, detentores de opiniões e pensamentos que nos levam a refletir sobre algumas ações realizadas, principalmente pelos "detentores da informação científica". Como salienta Freire (1993):

Respeitando os sonhos, as frustrações, as dúvidas, os medos, os desejos dos educandos, crianças, jovens ou adultos, os educadores e educadoras populares têm neles um ponto de partida para a sua ação. Insista-se, um ponto de partida e não de chegada. (FREIRE, 1993, p. 16). O passo inicial para transformação da educação a ser oferecida na EJA, parte do respeito mútuo, da tolerância para com os ideais destes alunos e para com a diversidade, pois na sua maioria se tem filhos de lares injetados de problemas conflituosos, além da inserção de práticas que agridem a condição humana. Essa relação afetuosa é reforçada por Cunha(2008) ao afirmar que:

O ponto de partida de qualquer trabalho pedagógico deve ser a emoção. Como vimos, a emoção do aprendente apropria-se do que será apreendido e, desta forma, o afeto atua no início do processo de aprendizagem para canalizar a atenção e no final para ajudar a memória no resgate das informações. (CUNHA, 2008, p. 44). De acordo com o posicionamento supracitado, a emoção corresponde à dimensão humana eficaz para o desenvolvimento de novas potencialidades, cabendo à escola desenvolver práticas motivadoras que resultem em um novo pensar e fazer na educação pública. Para modificarmos muitas realidades que provem da situação do alunado da EJA, como o desemprego, a exclusão social, o preconceito, a marginalidade, as drogas, a falta de oportunidade que advém da globalização e da baixa expectativa na escola, faz-se necessário agregarmos as ações da escola às políticas públicas que possam direcionar novas oportunidades para os jovens e os adultos que mais sofrem na divisão desigual dos meios de produção no nosso sistema capitalista. Além das políticas públicas, faz-se necessário apontar mecanismos que despertem nos educandos o prazer de aprender, atrelado à capacidade de enfrentar os problemas sociais, demonstrando também mecanismos que favoreçam a busca de alternativas para o melhor convívio em sociedade, a partir de reflexões sobre o que é ser sujeito na individualidade, no respeito às diferenças, nos debates sociais. Isso só é possível se a autoestima dos alunos estiver elevada. Segundo Kroth (2009):

Todas as pessoas almejam algo de bom. Provavelmente o sentido da felicidade, por ela ser subjetiva, seja particular e única para cada ser humano. Muitos fatores podem ser considerados como pilares para que alguém seja feliz, deve haver uma certa unanimidade em temas como saúde, escola, realização profissional, experiências afetivas e positivas. Uma das condições para se conseguir o bem estar satisfatório consigo e com os outros é a autoestima. (KROTH, 2009, p. 2).

A autoestima, portanto, configura-se como um mecanismo que leva ao desenvolvimento subjetivo da motivação, a qual é algo intrínseco, porém seus resultados são surpreendentes, principalmente nas questões que envolvem o ensino e a aprendizagem. Pensando assim, cada educando deve sentir-se conectado com o seu semelhante, neste caso, com os demais alunos da escola, buscando-se novas possibilidades de transformação da história, pois o mais importante neste contexto é o resultado da ação coletiva e colaborativa, em que cada um sente-se pertencente a um grupo que a cada dia constrói novos ideais, respaldados nos princípios e nos direitos humanos dentro da diversidade. A respeito dessa capacidade de relacionar-se harmoniosamente com o semelhante, respeitando-o na sua individualidade, Augusto Cury (2003) afirma que:

Gerenciar a emoção é o alicerce de uma vida encantadora. É construir dias felizes, mesmo nos períodos de tristeza. É resgatar o sentido da vida, mesmo nas contrariedades. Não há dois senhores: ou você domina a energia emocional ainda que parcialmente, ou ela o dominará. (CURY, 2003 p. 21) Quando a educação de fato despertar para o seu verdadeiro papel na vida dos educandos, os mesmos passarão a sentir-se capazes de superar suas frustrações, de conviver com suas emoções, gerenciando-as de forma mais tranquila, passando a demonstrar sentimentos de afetividade, de partilha, de renovação do pensar e respeito mútuo. Para que a escola de fato concretize esta nova concepção, é mister também buscarmos novas diretrizes no campo da informação, com a atualização e aprofundamento de conceitos e conteúdos clássicos, com inserção de novas alternativas para a aquisição do conhecimento. Porto (2009) reforça essa nova concepção de aprendizagem afirmando que:

Aprendizagem é fenômeno do dia-a-dia que ocorre desde o início da vida. A aprendizagem é um processo fundamental, pois todo indivíduo aprende e, por meio deste aprendizado, desenvolve comportamentos que possibilitam viver. Todas as atividades e realizações humanas exibem os resultados da aprendizagem.

(PORTO, 2009, p. 42) Ao promovermos momentos de discussões, faz-se necessário um posicionamento de igualdade para com os alunos, principalmente os alunos da EJA, pois mediante o novo pensar da educação, nós todos somos aprendizes e ensinantes, uma vez que nos momentos de depoimentos, acabamos colhendo novas ideias e, conseqüentemente, novas estratégias para as futuras aulas. Sendo assim, também é essencial a realização de feedback para que os alunos sintam-se motivados e, com a autoestima elevada, possam produzir mais, compartilhando sempre de novas descobertas. Podemos perceber que o caminho para um novo pensar na educação surge de ações simples que valorizam o aluno como um todo, com suas dificuldades e limitações, mas que deposita neste ser muitas perspectivas para a superação de dificuldades. Principalmente por construir dentro do espaço escola redes de amizades, de companheirismos, pois o aluno da EJA é, em muitos casos, um ser em busca de novos vínculos de amizade, de ascensão na sociedade. “ É um aluno que pode estar voltando à escola para a realização de um sonho, ou porque se deparou com um mercado de trabalho que está cada vez mais exigente, ou ainda por motivação de familiares e até mesmo para driblar a solidão.” (MURANETTI, 2007, p. 1). Pensando na escola como um espaço democrático e eficaz, ela também deve ser vista como um espaço acolhedor, que protege, onde se criam encontros entre o aprendente e o conhecimento, seja ele científico filosófico ou proveniente das manifestações populares. **CONCLUSÃO** Vale salientar que o sujeito que esta fora da escola também é parte integrante da proposta da escola. Outro fator que também corrobora para esta realidade, diz respeito a proposta apresentada para os sujeitos que vêm a escola como uma alternativa, mas a demanda direciona para a apresentação de um modelo de sociedade, que trate da autonomia, da identidade e diversidade, que retrata o ser como sujeito de processo e de história. Para tanto, apresenta um panorama histórico dos direitos humanos, trazendo um apanhado das principais conquistas da humanidade sobre universalidade dos direitos. Alguns fatores também deram grandes contributos

para a instauração posterior dos direitos do homem, como as revoluções inglesa, norteamericana e francesa, instaurando-se, a partir daí, algumas ideias afirmativas como o reconhecimento do direito de participação da tomada de decisões coletivas, como também o direito à liberdade, igualdade, segurança e resistência à opressão, de acordo com a Declaração francesa de 1789 que assegura os direitos do homem como direitos civis fundamentais. O adolescente e o adulto devem ser inseridos no mundo digital, na linguagem da comunicação atual e, ao mesmo tempo, serem sujeitos reflexivos e ativos no contexto da cidadania. É importante também salientar que o público da EJA apresenta uma singularidade, contrapondo-se ao público do Ensino regular, o que leva a superar o desafio em busca de metodologias diferenciadas que atendam às suas expectativas, procurando valorizar as experiências de vida de cada um, sem perder de vista todo o contexto social, linguístico e cultural em que ele está inserido.

REFERÊNCIAS. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS.

Disponível em:

www.

abtn.org.br

. Acesso em 13 jul. 2010. *AUTOESTIMA*.

Disponível em:

www.

wikipédia.org.

Acesso em: 08 jan. 2010. BARBOSA, Laura Monte Serrat. *A psicopedagogia no âmbito da instituição escolar: A ação psicopedagógica na escola*. Curitiba: Expoente, 2001. BELLAN, Zezina Soares. *Andragogia em ação: como ensinar adultos sem se tornar maçante*. São Paulo: SOCEP, 2005. BÍBLIA. Português. *Bíblia Sagrada*. Tradução de João Ferreira de Almeida. São Paulo: Geográfica, 2008. BOSSA, Nádia A. *Dificuldades de aprendizagem*. Porto Alegre: Artmed, 2000. p. 56-60; 74-82. CASARIN, Nelson Elinton Fonseca. *Família e aprendizagem*

escolar. São Paulo: dez. 2007. Disponível em www.universia.net. Acesso em 16 fev. 2010. *COLEÇÃO TRABALHANDO COM A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS – ALUNOS E ALUNAS DA EJA*. Brasília: SECAD – Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2006.

Disponível em:

<http://>

portal.mec.gov.br

. Acesso em 14 jan. 2010. 5v. COSTA, Leila Alves da. *A magia de viver*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Edição da autora, 2006. CUNHA, Eugênio. *Afeto e aprendizagem*. Rio de Janeiro: Wak, 2008. CURY, Augusto Jorge. *Dez leis para ser feliz: ferramentas para se apaixonar pela vida*. Rio de Janeiro: Sextante, 2003. DICAS DE SAÚDE EMOCIONAL. In: *A Bíblia Sagrada com orientações de saúde física, emocional e espiritual*. São Paulo: Ed. Central Gospel, 2008. p. 63-66. ENRIQUE PICHON RIVIÈRE.

Disponível em:

www.

wikipédia.org. Acesso em 22 jun 2010. FERNÁNDEZ, Alicia. *O lugar da queixa no processo de aprendizagem*. In: FREIRE, Madalena et al. *Paixão de aprender*. 12ª ed. Petrópolis: Vozes, 2001. _____ *Os idiomas do aprendente*. Porto Alegre: Artmed, 2001. p. 23- 38. FREIRE, Paulo. *Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos*. São Paulo: UNESP, 2000.

Disponível em:

www.

4shared.com

. Acesso em 1º mai. 2010. _____ *Política e educação: ensaios*. 5. ed - São Paulo, Cortez, 2001.

Disponível em:

www.

4shared.com

. Acesso em 1º mai. 2010. FUNDAÇÃO ESCOLA DE SERVIÇO PÚBLICO – FESP. Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. In: NISKIER, Arnaldo. *LDB: a nova lei da educação: tudo sobre a lei*

de diretrizes e bases da educação nacional: uma visão crítica. Rio de Janeiro: Consultor, 1996. GALVÃO, Isabel. *Henri Wallon – uma concepção dialética do desenvolvimento infantil*. 4ª ed. Petrópolis: Vozes, 1998. GOECKS, Rodrigo. *Educação de adultos – uma abordagem andragógica*. Jan. 2003.

Disponível em:

www.

andragogia.com

.br

. Acesso em 11 jun 2010. GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. *Educação de Jovens e Adultos – EJA*. Rio de Janeiro: Secretaria do Estado de Educação.

Disponível em:

www.

educacao.rj.gov.br

. Acesso em 11 jun. 2010. *HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS*.

Disponível em:

www.

shvoong.com

. Acesso em 11 jun 2010. JUSANI, Natália de Cássia Oliveira da Silva. *A importância da afetividade no processo de cognição – afetividade e cognição: caminhos que se cruzam*. São Paulo: jun. 2009.

Disponível em:

www.

abpp.com

.br

/artigos. Acesso em 15 dez. 2009. KROTH, Lídia Maria. *Repetência e autoestima*. São Paulo: nov. 2009.

Disponível em:

www.

abpp.com

.br

. Acesso em 15 mai. 2010. LAROSA, Marco Antonio & AYRES, Fernando Arduini. *Como produzir uma monografia*. 7ª ed. Rio de

Janeiro: Wak, 2008. LIBÂNEO, José Carlos. *A democratização da escola pública: a pedagogia crítico-social dos conteúdos*. 19ª ed. São Paulo: Loyola, 2003. MORAIS, Maria de Lourdes Cysneiros de. *Andragogia – uma concepção filosófica e metodológica de ensino e aprendizagem*. São Paulo: jan. 2007.

Disponível em:

www.

psicopedagogia.com

.br

. Acesso em 08 mar. 2010. _____ *Autoestima – a chave do sucesso e da autorrealização*. São Paulo: out. 2008.

Disponível em:

www.

abpp.com

.br

/artigos. Acesso em 09 jan. 2010. _____ *Com açúcar e com afeto: das relações psicopedagógicas vinculares entre aprendentes e ensinantes*. São Paulo: nov. 2006.

Disponível em:

www.

abpp.com

.br

/artigos. Acesso em 09 jan. 2010. MOYSÉS, Lucia. *A autoestima se constrói passo a passo*. São Paulo: Papyrus, 2001. MURANETTI, Robianca. *A importância do trabalho psicopedagógico na Educação d Jovens e Adultos*. São Paulo: jan. 2007.

Disponível em:

www.

abpp.com

.br

/artigos. Acesso em 09 jan. 2010. PIMENTEL, Elizabeth. *O poder da palavra dos pais*. São Paulo: Hagnos, 2006. PINTO, Álvaro Vieira. *Sete lições sobre educação de adultos*. São Paulo: Cortez, 1982.

Disponível em:

www.

4shared.com

. Acesso em 27 jan. 2010. PORTO, Olívia. *Psicopedagogia institucional*. Rio de Janeiro: Wak, 2009. PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. Coleção Uma Nova EJA para São Paulo: *Construindo uma nova EJA para São Paulo*. São Paulo: Secretaria Municipal de Educação. DOT, 2004. Caderno 4.

Orientações curriculares: expectativas de aprendizagem para Educação de Jovens e Adultos – EJA. São Paulo: Secretaria Municipal de Educação. DOT, 2008.

Reorganização da EJA – Educação de Jovens e Adultos. São Paulo: Secretaria Municipal de Educação. DOT, 2008. RAAB - Revista de Educação de Jovens e Adultos. *Alfabetização e Cidadania*. Edição nº 11, abril de 2001. SALTINI, CLÁUDIO. *Afetividade e inteligência*. Rio de Janeiro: Wak, 2008.

* (autor) Mestrando em Crítica Cultural pela UNEB Campus II Alagoinhas. Email: elianebasouza@hotmail.com

** (coautor) Mestrando em Crítica Cultural pela UNEB Campus II Alagoinhas/BA. Email: silvanerio@hotmail.com

Recebido em: 30/04/2016

Aprovado em: 07/05/2016

Editor Responsável: Veleida Anahi / Bernard Charlort

Metodo de Avaliação: Double Blind Review

E-ISSN: 1982-3657

Doi: